



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 21

Sessão Ordinária Fevereiro

1.º Reunião em 03/02/2023

Aos três dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte três, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Sandra Maria Sindão Monteiro, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Daniela Carla Sousa Pinto, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Emanuel Sousa Cardoso, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Joana de Oliveira Teixeira, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Pedro Machado Pires da Rosa, Sara Sandra Resende Tavares, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Jerónimo dos Santos Dias, António Manuel Santos Salavessa. Faltou o deputado Rui Filipe Oliveira Teixeira.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores, João Filipe Andrade Machado, Ana Cláudia Pinto Oliveira, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rui Jorge Soares Carneiro.

Faltou a Vereadora Rosa Maria Monteiro Venâncio.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Joana de Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ivo Alexandre Costa Alves Angélico, Jerónimo dos Santos Dias, e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, António José Jesus Monteiro, Júlia Margarida Ribeiro Correia, Isabel Alexandra da Conceição Marques, Rui Miguel dos Santos Melo Faria, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Henrique da Rocha Vieira, e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta reunião da sessão por Sandra Maria Sindão Monteiro, Daniela Carla Sousa Pinto, e Fernando Emanuel Sousa Cardoso.⁰⁰³

De seguida o Presidente da Mesa deu conhecimento ao Plenário, no seguimento das eleições intercalares na Freguesia de São Jacinto, da comparência do novo Presidente de Junta de Freguesia eleito nas listas do PPD/PSD, Arlindo José Vieira Tavares.

Continuando, deu conhecimento do pedido de renúncia ao mandato autárquico, do deputado Pedro Manuel Ribeiro da Silva, tendo assumido o lugar o deputado Rui Filipe de Oliveira Teixeira, que já se encontrava em funções devido ao pedido de suspensão em tempo apresentado pelo deputado Carlos Francisco da Cunha Picado.

Foi também convocada a sucedânea da lista de candidatura, Lúcia Maria Ribeiro Borges, que passa a efetiva, enquanto durar o pedido de suspensão do mandato do Vogal Carlos Francisco da Cunha Picado.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.

Ressalvando o documento remetido pela Câmara Municipal do Acordo na Providencia Cautelar obtido com os utilizadores do Parque de Campismo de São Jacinto.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas da sessão anterior, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Acta n.º 18 – Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro – 1.ª reunião realizada em 04-11-2022: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁴

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos e Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira. Os presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Victor Manuel Marques de Oliveira.

Acta n.º 19 – Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro – 2.ª reunião realizada em 10-11-2022: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo

Alves de Sousa Santinha, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva.

Acta n.º 20 – Sessão Ordinária de Novembro/Dezembro – 3.ª reunião realizada em 14-11-2022: - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁶

Não votaram, dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Pedro Machado Pires da Rosa, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Fevereiro, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 – Apreciação e votação da 1ª Revisão das GOP e Orçamento 2023;

Ponto 2 – Apreciação e votação dos contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2023 (com exceção de São Jacinto);

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 01NOV22 a 27JAN23;

Ponto 4 – Apreciação e votação da Hasta Pública de imóveis da Câmara Municipal de Aveiro;

Ponto 5 – Apreciação e votação da alteração ao mapa de pessoal e mapa anual global consolidado de recrutamentos autorizados, aprovados para o ano de 2023;

Ponto 6 – Apreciação e votação das Propostas de Recomendação e da Moção apresentadas pelo BE:

- a) . Promoção de arrendamento público a custos controlados;
- b) . Regular a hotelaria e alojamento local pela proteção das pessoas e o direito à habitação;
- c) . Pelo congelamento extraordinário das rendas sociais do município de Aveiro durante o ano de 2023;
- d) . Critérios preferenciais e do desempate, no regulamento municipal das habitações sociais propriedade do município;
- e) . Candidatura do município de Aveiro ao programa 1.º direito;
- f) . Que a renda mínima para as habitações do município em regime de arrendamento apoiado seja fixada em 1% do indexante dos apoios sociais;
- g) . Moção – Pela ampliação da oferta habitacional do IHRU em Aveiro e pela garantia da sua contínua manutenção;

Ponto 7 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo PCP – Criação da tarifa social de água e saneamento em Aveiro;

Ponto 8 – Apreciação e votação da Proposta de Recomendação apresentada pelo PAN- Pela construção de parques de realojamento de matilhas.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou não haver nenhum munícipe inscrito para intervir neste período regimental de intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Ramos (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁸

“Boa noite Senhor Presidente. Boa noite a todos os presentes. É com algum gosto que vejo que foi aprovado, finalmente, pela segunda vez penso eu, as obras de requalificação e a modificação da Escola Básica de das Barrocas. Sendo eu um antigo membro da Comissão Executiva da Associação de Pais, congratulo-me e felicito também o executivo por ter conseguido. Gostava só de saber um pouco mais sobre ou que intervenção é que vai ser feita na escola? Tanto que, já na altura em que eu fazia parte da Associação de Pais, havia várias questões com as casas de banho, com o espaço de recreio que não era coberto e penso que isso vai ser, pelo menos era uma das coisas que eram pedidas. E, portanto, felicito muito porque tenho vindo a acompanhar com algum cuidado este assunto, até porque foi chumbado por salvo erro pelo Tribunal de Contas e, portanto, antes de mais, felicitar.

Depois, felicitar também, depois daquilo que vi, de a Cidade de Aveiro tenha sido distinguida como a melhor marca cidade. É um sinal de que este executivo continua a dar cartas, como se costuma dizer, há uma subida no ranking para o topo e, portanto, queria dar os parabéns ao executivo pelo trabalho feito, porque, de facto, estes sinais demonstram que este executivo vai no caminho certo, que estas políticas têm sido as melhores para a cidade e é uma distinção que, de facto, a todos nós, enquanto moradores e aveirenses nos agrada saber que vivemos numa das melhores cidades do país. Obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁹

“Senhor Presidente, senhores deputados, caro Executivo. A vida está mais cara! Esta é a realidade de cada aveirense e com que cada aveirense se confronta todos os dias, quando vai às compras para levar comida para casa, quando recebe as contas da luz, da água, do gás, renda, prestações, telecomunicações, seguros. Ou quando se pagam portagens, combustíveis, medicamentos e todo o tipo de despesas.

A cada dia que passa, o salário ou a pensão ficam mais curtos para despesas que são cada vez maiores. O aumento anual das pensões apenas comprovou perda do seu valor real. Especificamente Aveiro e a sua região, contribuem para esta quase tragédia, ficam como exemplo os aumentos nas tarifas da água, saneamento, resíduos, continuando Aveiro a ser uma das mais caras capitais de distrito e o aumento das rendas dos bairros sociais.

Depois, ao lado da festança do governo com o aumento do Produto Interno Bruto, prometendo que melhores dias virão, a verdade é que tais melhores dias já vieram em abundância, mas apenas para os que comem a maior parte deste bolo. Sob o manto diáfano da fantasia cor-de-rosa, a realidade crua do dia-a-dia é que os produtos alimentares aumentaram 18,9 por cento e, o patrão dos patrões da grande distribuição diz que ainda há espaço para maior aumento.

O gás de botija aumentou 19,5 por cento, produtos energéticos 27%, inflação acima, ainda acima dos 8 pontos percentuais. O aumento brutal das rendas de casa em que 5 famílias são despejadas diariamente por incumprimento das rendas.

A pobreza aumentou 12,5 por cento! Há centenas de milhares de portugueses que empobrecem a trabalhar. 800 mil trabalhadores, repito trabalhadores em situação de pobreza a trabalhar.

Pingo Doce em 9 meses, 419 milhões de lucros. Sonae 268 milhões lucros. O maior lucro dos últimos 8 anos. Os lucros do retalho alimentares subiram 8% durante a pandemia.

A EDP Renováveis obteve mais 181% do lucro. Grupo EDP mais 306 milhões, Galp 608 milhões. Os 6 maiores bancos duplicaram os seus lucros, portanto os melhores dias só chegaram para todos estes grupos económicos.

As 15 famílias mais ricas de Portugal apropriaram-se de uma riqueza correspondente a 10% do PIB! A metade mais pobre (5 milhões portugueses) apenas obtém 6,5% da riqueza que, com o seu trabalho, ajudaram a construir.

O elevador social está completamente avariado. E, tal como o PCP vem reclamando, é preciso regular os preços, combater a especulação, reduzir impostos sobre os produtos essenciais.

É justo e necessário o aumento geral de salários. Nomeadamente o salário médio do salário mínimo nacional para os 850 euros. Faça-se o que é necessário fazer, para inverter esta situação que, além de doer, já envergonha. E fazê-lo também aqui em Aveiro e aqui também nesta sessão da Assembleia Municipal.”

Vogal Gabriel Bernardo (CH) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Boa noite. Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal. Senhores vereadores, deputados municipais, restante público presente.

Neste período antes da ordem dia, nós trazemos aqui esta assembleia um assunto local, que é a nossa opinião, está a precisar de uma ação urgente por parte da Câmara Municipal, e que de há uns meses para cá, tem-se de tornado cada vez mais visíveis bolsas de pobreza extrema. Falamos particularmente dos sem-abrigo espalhados um pouco por toda a cidade. Fomos, por exemplo, aos cubículos envidraçados na paragem dos autocarros na parte de trás da estação dos caminhos-de-ferro e que à noite se transforma em autênticos dormitórios para os sem-abrigo. Falamos também dos sem-abrigo que dormem nos lugares mais resguardados da Avenida Lourenço Peixinho. Falamos dos sem-abrigo que dormem na Avenida da Universidade e falamos de outros sem-abrigo, em locais da cidade, onde estes focos de pobreza se tornaram bem visíveis, especialmente ao final do dia e durante a noite.

Estamos aqui perante 2 tipos de problemas. Por um lado, temos um impacto visual negativo destes focos de pobreza que geram uma óbvia sensação de insegurança para os aveirenses. Eu aconselho o Senhor Presidente da Câmara a passar na parte de trás da estação durante a noite. Por outro lado, temos a situação pessoal dos próprios sem-abrigo, que tem dificuldades. Há muitos deles dormindo na rua, mas devido à vaga de frio que estamos a atravessar, nós sabemos, através de intervenções suas anteriores, que o senhor presidente da Câmara por princípio não faz (e usando palavras suas) não faz publicidade e marketing político com sofrimento dos outros. Nós respeitamos essa sua posição, por isso o objetivo desta nossa intervenção não é obter respostas suas, mas sim apenas fazer uma chamada de atenção para esse problema real e dar-lhe a nossa opinião sobre ele e sugeri maneiras de o atenuar ou resolver.

Nós acreditamos que este aumento da visibilidade de pobreza extrema na cidade tem a ver com 2 motivos fundamentais. Por um lado, o aumento número dos sem-abrigo causado pela

crise económica que atravessamos, por outro lado devido ao facto de a Câmara Municipal de Aveiro ter demolido e bem, alguns prédios abandonados na cidade onde eles se costumavam alojar. Falamos, por exemplo, dos prédios abandonados junto ao cais de São Roque. A Câmara Municipal de Aveiro fez muito bem demolir estes prédios, mas deveria ter previsto e ter-se acautelado para este problema adicional que era expectável que resultasse dessa demolição. Sejam quais forem as causas para este aumento da visibilidade dos sem-abrigo, nós estamos perante um problema real, está à vista de todos os aveirenses e que se tem vindo a agravar.

Nós militantes do Partido Chega tomámos a iniciativa percorrer as ruas da cidade à noite para tentarmos perceber quem são estas pessoas e que pobreza é esta. Há os sem-abrigo longa duração, alguns têm problemas de alcoolismo, drogas, saúde mental e estes são obviamente mais difíceis de recuperar. Depois há os sem-abrigo de há pouco tempo, ficaram desempregados no tempo Covid, tornaram-se incapazes de pagar os empréstimos. Relativamente às nacionalidades. A maioria são portugueses, mas também Romanos. Vindos de fora da União Europeia ainda são uma ínfima minoria. Os Portugueses e os Romanos não se misturam. Os Romanos sobretudo os que costumam estar atrás a estação da CP são vistos como agressivos e mal-educados. No entanto os Romanos são nómadas e costumam ficar por pouco tempo.

Temos este problema em mãos. E a questão que se coloca é como resolvê-lo ou atenuá-lo. Quanto ao fornecimento de comida e agasalhos sabemos que o NPISA (núcleo de planeamento de intervenção dos sem-abrigo) e grupos de voluntários como por exemplo, “Moliceiro Solidário” estão a fazer esse trabalho e estão a fazê-lo bem.

Resta-nos, portanto, um outro problema igualmente importante. Como tirá-los da rua e do centro da cidade? No caso estrangeiros, fora da União Europeia, consideramos que estes deverão ser reencaminhados para SEF e ajudados num processo que repatriamento. Mas esses, como já referi, são uma ínfima minoria em Aveiro.

Relativamente aos portugueses, defendemos que estes deveriam ser encaminhados para centros de acolhimento de sem-abrigo. No entanto, em todo o distrito, pelo que julgamos saber, apenas existem 2 centros de acolhimento, o que é manifestamente pouco, e são centros de acolhimento indiferenciados, recolhem todo o tipo de desalojados, incluindo vítimas de violência doméstica.

Por isso, como medida provisória, deveriam ser reencaminhados para albergues temporários. A Câmara Municipal de Aveiro terá edifícios vazios que poderia eventualmente usar para dar abrigo a essas pessoas, sobretudo neste período de Inverno mais rigoroso. Portanto é urgente tirá-los do centro da cidade, pelo bem deles e pelo bem dos aveirenses em geral.

Antes de terminar esta minha intervenção. Eu quero fazer umas contribuições mais gerais sobre este assunto. Nas alterações legislativas feitas no tempo da geringonça, Portugal fez uma legislação super absurda sobre imigração. Favorece a atuação de redes criminosas de fomento à imigração e também uma lei de nacionalidade absurda. Graças a estas leis absurdas, as cidades portuguesas têm cada vez mais sem-abrigo estrangeiros.

Não colocamos em causa que o humanismo e respeito pelo próximo são fundamentais. Não colocamos em causa que não podemos virar às costas em quem luta pela sua sobrevivência, mas antes abrimos os braços para acolher os povos de outros países temos de proteger os nossos. A ajuda aos povos que vêm de fora, se não for bem planeada e se não for social e economicamente sustentável, além de não melhorar a qualidade de vida deles, dos que vêm de fora, reduz a qualidade de vida dos portugueses e dos estrangeiros que já cá vivem. Tenho dito. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[011](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Gostaria na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e todos aqueles que nos acompanham. Queria começar por enunciar os recentes acontecimentos das cheias na cidade de Lisboa e do Porto. E sendo Aveiro um concelho onde este assunto assume particular importância, questionar o executivo sobre um estudo anunciado pela Câmara Municipal de Aveiro em 2021, denominado sistema de gestão de níveis dos canais urbanos da cidade de Aveiro, adjudicado à empresa Sisidro - Gabinete de Estudos de Sistemas Ambientais, adjudicado pelo valor de 30.750 euros, tendo na altura sido anunciado que teria duração de 7 meses. O que foi feito a esse estudo e quais foram as principais conclusões?

De referir que, no passado dia 23 de Dezembro o dique/açude provisório construído pela empresa papeleira de Cacia para captação de água doce no rio, provocou danos nas margens do rio Novo do Príncipe. Atendendo que esta é estrutura provisória, mas que regularmente é feita, deveria ser desmantelado no final do Verão início de Outono, por que razão tal não aconteceu este ano e provocou este acontecimento? O que falhou? O que vai ser feito para que esta ocorrência não se repita e quem arca com as obras de reparação das margens?

Com o incidente, na ponte/açude, notou-se ainda a necessidade de obras de manutenção na via ciclável da Ria. Para quando uma intervenção nessa via? Chegou-nos mais uma denúncia sobre uma lixeira a céu aberto no concelho. Isto passa-se no cruzamento da Travessa da Patela com a rua dos Forninhos. Problema que, segundo os moradores, se arrasta desde 2018. Falamos de lixo doméstico, resíduos de obras e até móveis.

Estes factos foram confirmados pela visita de um técnico superior da Administração Regional de Saúde Centro, que se fez acompanhar por agentes da Polícia Municipal, tendo atestado insalubridade resultado desta lixeira e a necessidade da remoção dos resíduos e limpeza do terreno. Gostaríamos de questionar a Câmara Municipal se já tomou conhecimento desta situação e que medidas irá tomar. Obrigado.”

Vogal Ivo Angélico (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Caro Presidente, caros membros da Assembleia e caros cidadãos. Começando pelo concurso de ideias para a zona da antiga lota.

Há várias questões que se levantam em relação a este tema. A começar, mais uma vez a população é colocada de lado na definição do que se quer para o nosso território. Não há participação pública para definir o que se quer para aquilo e para outros locais.

Neste caso a população só chamada a opinar sobre projetos que foram desenvolvidos sobre aquilo que a Câmara Municipal definiu previamente para o território.

O BE tem defendido o que faz sentido para aquele local é uma zona pública de fruição, que seja aprazível e que promova o contacto com a Ria e a natureza.

Aqueles são uns terrenos que estão em natureza, em estado puro. Aliás o que caracteriza o Baixo Vouga Lagunar é mesmo isso. É um ecossistema largamente criado pelo ser humano, mas mesmo assim, o que devia ser apontado naquele local devia ser pouco invasivo.

Há uma questão que para nós é central neste tempo. Se existir ali habitação, esta deve ser pública e a custos controlados. Os terrenos públicos devem servir uma estratégia de construção pública, para garantir habitação a preços controlados, como existe na maioria dos países da EU. Não faz sentido investimento público de milhões, como já anunciou o presidente do município Ribau Esteves, e vender os terrenos para os privados faturarem milhões com habitações de luxo que acabam por arrastar até ao preço de todas as restantes habitações do concelho.

No município, onde o acesso à habitação é cada vez mais caro, uma parte considerável do investimento e do património público está a ser canalizado para a geração de mais-valias urbanísticas para privados. É aquela lógica que define que a função do investimento público não é colaborar em políticas de justiça social, intervenção de mercado, mas sim para alavancar investimentos privados, geradores de chorudas mais-valias urbanísticas.

O PSD não está sozinho nesta ação. Também o PS seguiu esta lógica no passado, como é o caso da Fonte Nova, sendo que ainda esta semana tivemos um vereador do PS a defender essa medida.

Um outro tema. O BE mostra-se solidário com os professores de Aveiro, que se encontram em luta pela resolução dos conhecidos problemas da carreira, que estão a lutar contra a precariedade, contra o envelhecimento da classe profissional e pela melhoria das condições de trabalho.

Outra questão. As Águas da Região de Aveiro decidiram aumentar drasticamente o seu tarifário de água e de saneamento, alegando que o faz devido à inflação! O Bloco de Esquerda opõe-se a estes aumentos e considera que irão agravar ainda mais o custo de vida das famílias já bastante castigadas pelo aumento geral dos preços.

O Bloco de Esquerda faz notar que os trabalhadores da Adra não vão ser aumentados ao nível da inflação, no entanto a justificação que a Adra dá para aumentar os preços cobrados, diz que tem um maior gasto a nível energético.

As grandes empresas têm vindo a aumentar os preços e a realidade reflete-se que é só para aumentar os lucros. Isto seria resolvido com as propostas que o Bloco de Esquerda tem apresentado. Em primeiro lugar as empresas de energia deviam ser públicas e, no contexto atual, devia haver fixação de preços e taxação dos lucros extraordinários.

Para o Bloco de Esquerda o serviço de abastecimento de águas e do saneamento deve ser assumido como função social e de garantia de qualidade de vida.

E o Bloco de Esquerda considera que a situação está ainda mais agravada, porque em nenhum dos municípios da Região de Aveiro foi adotado o tarifário social automatizado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[013](#)

“Boa noite a todos. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes e os que nos estão a ouvir. Neste ponto do PAOD desejava falar um pouco sobre 3 pontos, que não sendo versados na comunicação, para nós merecem o nosso registo.

Primeiro eleições no CDS Aveiro. Para o PSD, o CDS em Aveiro tem e representa uma mais-valia enorme na vida dos aveirenses. O CDS foi e é parte da solução em Aveiro, pelo menos é isso que nos diz a história. Com avaliação positiva por parte dos aveirenses. Aos nossos concidadãos é caro o nome de Girão Pereira. Líder da autarquia durante muitos anos e anos e anos que foram de crescimento em todo o município.

Esse foi o passado e um bom legado que se reflete no presente da vida de Aveiro. Recentemente, após ato eleitoral democrático, assumiu a liderança do CDS em Aveiro, a nossa cara amiga e vereadora da Câmara Municipal, Ana Cláudia Oliveira. A ela e ao seu CDS Aveiro, no quadro da equipa que fomos, somos, e seremos, em do PSD, quero endereçar os votos de um bom desempenho das suas funções partidárias, pois no âmbito da Aliança com Aveiro com o PSD/CDS/PPM, quanto mais forte, dinâmico e ativo estiver o CDS e os outros partidos da coligação, mais forte, mais dinâmica e mais ativa estará a Aliança com Aveiro, no seu apoio ao trabalho do executivo municipal, na Assembleia Municipal, e em todas as 10 juntas de freguesia do município. Tendo sempre por finalidade servir Aveiro e a vida dos aveirenses.

São Jacinto. Hoje e com mais calma e já um bocadinho distantes do ato eleitoral, queria aqui deixar em nome do PSD algumas reflexões sobre as eleições últimas em São Jacinto.

Queria começar por dar as boas-vindas ao Arlindo Tavares, presidente da Junta de freguesia e aqui presente nessa condição, pela primeira vez, representando todas as pessoas São Jacinto.

Em São Jacinto a Aliança com Aveiro apresentou uma lista de pessoas honestas, capazes. Apresentámos um projeto real, apresentámos como somos capazes de resolver o legado dos outros. Legado esse que viemos a saber ser superior a 750.000 euros de dívidas!?

A que se junta a consequência da penhora de bens de diversa ordem da própria sede da Junta de freguesia.

A consequência da má gestão e da ingerência do PS na Junta de freguesia de São Jacinto, fica assim muito bem documentada e percecionada por todos. É o legado socialista.

Em São Jacinto, a Aliança com Aveiro tem agora a difícil tarefa de devolver a honra e a credibilidade a São Jacinto. O trabalho está assente numa lista de pessoas honestas, sérias, e capazes resolver o legado dos problemas criados e deixados pelo Partido Socialista, que como nos vem habituando, sempre foge quando os problemas se avolumam e atingem os cidadãos.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Aveiro ajude e a ideia que queremos deixar ao Senhor presidente e o também Presidente Arlindo Tavares é que no recato do silêncio e na responsabilidade dos vossos gabinetes, trabalhem, trabalhem muito, para resolver o problema da Junta de Freguesia de São Jacinto, porque as pessoas daquela nossa terra nada têm a ver com o legado que lhe foi imputado. E repetindo, no recato dos gabinetes, desejamos um bom frutífero trabalho para bem de São Jacinto e de Aveiro.

Terceiro ponto José Agostinho Ribau Esteves. Neste ponto queríamos aqui refletir com mais calma. A pessoa e o cidadão José Agostinho Ribau Esteves soube e conseguiu, como líder de um projeto, merecer apoio em todos os cantos do concelho por 3 eleições consecutivas. E sempre em crescendo de votos. Enquanto candidato e líder da equipa Aliança com Aveiro, soube merecer a confiança em todas as Freguesias do concelho. Repito, em todas as Freguesias do concelho, fez o pleno, é um facto histórico. Câmara Municipal, Assembleia Municipal e as 10 Freguesias do concelho e todas por maioria absoluta.

Nunca nenhum presidente de Câmara de Aveiro conseguiu tal desiderato. Parabéns José Agostinho Ribau Esteves.

Mas esta performance não acontece porque calhou ou porque ele é simpático, fala bem, não! Esta performance aconteceu porque o líder da equipa e do projeto, mereceram a confiança dos cidadãos. Mais. Aconteceu porque os cidadãos acreditam no Presidente e na sua equipa, no projeto, e na concretização das suas promessas. Enquanto outros falam em hossanas de democracia, como se fossem donos dela, fazem trocadilhos, baralham, ofendem, mentem, fazem números políticos. Mas não é isso que o povo quer. O que o povo quer é bons candidatos, bons projetos, equipas sérias, capazes e honestas.

Depois em democracia e agora sim em democracia, o povo, os cidadãos, votam e escolhem os melhores, os mais sérios, e os mais capazes. Foi assim também recentemente em São Jacinto.

O Senhor Presidente Ribau Esteves fica na história de Aveiro, como primeiro e único Presidente de Câmara que fez o pleno. Pela confiança, pela capacidade, pelo trabalho e pela honestidade. O povo, os cidadãos, os aveirenses, assim o quiseram e assim o reconheceram. Em nome do PSD o nosso muito obrigado por esta performance ao cidadão José Agostinho Ribau Esteves.”

Vogal Arlindo Tavares (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

“Muito boa noite a todos. Cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente, senhores vereadores, caros colegas da Assembleia. Agradecer as suas palavras, não obstante as dificuldades

vivenciadas nestes primeiros 60 dias é com honra e esperança que me junto nesta casa em representação da minha freguesia, São Jacinto, da qual muito me orgulho. Vai ser um desafio difícil, que muitos considerariam mais fácil virar as costas, mas São Jacinto merece de mim e da minha equipa e da Câmara Municipal, esse esforço. Porque juntos vamos conseguir dar a São Jacinto e às suas gentes a dignidade que merece.

São Jacinto é uma terra de gente boa, humilde, trabalhadora e séria. E esse é o único retrato que a nossa Junta pode e deve ostentar.

Os últimos dias foram tristes para nós, mas não desistimos. Vamos continuar contando com o apoio da nossa Câmara, do dignificar da nossa terra.

Nesse sentido agradeço todo o apoio e a confiança que tenho recebido, quer das pessoas de São Jacinto, quer dos colegas hoje aqui presentes e nomeadamente também da ajuda do Senhor Presidente da Câmara Municipal que nos tem auxiliado. Muito obrigado.”

Vogal Victor Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

“Boa noite Senhor Presidente, caros colegas. Hoje é dia de São Braz. E eu sou portador de um convite a todos, em nome da mordomia de São Braz, e que enviaram este pacotinho de rebuçados São Braz para nos aliviar a garganta!

Apelo a que visitem a nossa festa, onde os rebuçados caem do céu e a cerveja sai das torneiras. Muito obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Obrigado Senhor Presidente. Quero saudar a Mesa, a digníssima Câmara, os colegas deputados e a quem nos está a ouvir e a ver.

O assunto que me traz aqui é um assunto que já tenho batido há já algum tempo e até mais que uma vez. E tal como eu na altura fui alertando, com as cheias no Vouga consumou-se a desgraça que o Partido Socialista tem feito ao Vouga. Sobretudo nesta zona mais baixa que nos diz mais respeito. Eu sempre, não só agora, mas até antes de ser deputado municipal, levantei a questão da APA em Coimbra, de que a margem direita do Vouga, a jusante da N109, pelo não tratamento das margens, das árvores que estavam com demasiada altura e com inclinações superiores a 45 graus sobre o rio, numa cheia podiam provocar o desabamento de parte da defesa dos campos do Baixo Vouga, no espaço que estou a definir, que é a jusante da N109.

Eu, para que os senhores deputados, sobretudo aqueles que apoiam o Governo, convoco-os a participarem numa viagem desde a N109 até à Ponte do Outeiro, em especial para ver a desgraça que lá está a acontecer e que vai continuar a acontecer. Há árvores que caíram e estão nesta altura mais de 25 metros dentro do rio. Árvores que com bastantes raízes e que mesmo assim não suportaram como era previsível e nós alertámos isso em devido tempo. Portanto fica aqui novamente o alerta. E a assunção da responsabilidade ao Ministério do Ambiente, à Agência Portuguesa do Ambiente e a quem os apoia. Tudo isto fica na responsabilidade de quem governa nesta altura, este espaço do território nacional. Fica-se com a ideia de que há um prazer do Governo em destruir o território do país. Muito obrigado”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁸

“Boa noite a todos. Duas ou três notas. Algumas questões ou a maior parte delas respeitam ao ponto terceiro da ordem de trabalhos e tratarei delas nessa altura.

Mas há duas ou três questões e uma adicional, que quero partilhar com a Assembleia Municipal. Em primeiro lugar dar nota e faço-o excepcionando a regra de tratar as matérias municipais no ponto de informação, por força da circunstância, do período de auscultação pública que está a decorrer respeitante ao concurso de ideias, do estudo urbanístico para a antiga lota a terminar na próxima na próxima semana no dia 9. Na prática formal no dia 10 e, portanto, enfim, não faria sentido que eu não dissesse alguma coisa a pretexto da intervenção do Ivo Alexandre. E, portanto, faço esta exceção em razão desta circunstância que acabei de referenciar.

Explicar de uma forma muito clara o que é isto. Nós, no quadro da nossa candidatura a capital Europeia da Cultura, temos um conjunto de objetivos que estão publicados nas duas edições da candidatura. E um dos objetivos, um dos projetos de natureza material que também depois incide nele um conjunto de projetos de natureza imaterial, é exatamente a qualificação desta parcela de território. E, nesse quadro, o projeto foi desenhado, foi estruturado e entendemos que era útil lançar um estudo, um concurso de ideias, para, enfim, lançarmos esta reflexão sobre aquela parcela de território e no quadro de uma política europeia nova, que ainda é só filosófica, porque ela não tem instrumentos de gestão e muito menos de financiamento, e que alguém decidiu chamar-lhe New European Bauhaus! A lógica que se tem, integrava perfeitamente a nossa filosofia e os nossos objetivos da nossa candidatura a Capital Europeia da Cultura. E, portanto, foi neste quadro que nós desenhámos e que entendemos estrategicamente útil ter esta exposição pública no quadro do cumprimento dos objetivos daquilo que é a política, da nova política europeia do Bauhaus.

Portanto este foi o motivo primeiro pelo qual decidimos lançar esse concurso ideias. Que é apenas isso mesmo. Enquanto o concurso de ideias, o outro que corre em simultâneo para a nova vida do terreno e das construções do antigo colégio Alberto Souto, a entidade que vier a ganhar o concurso ganha o direito legal de ter um contrato com a Câmara Municipal de Aveiro, obviamente devidamente remunerado, para executar o estudo prévio do projeto, além dos prémios que o concurso tem, o concurso da antiga lota cinge-se ao concurso e aos prémios que serão atribuídos. Portanto não tem relação contratual como tem o colégio Alberto Souto, ou como teve o Rossio.

Há um segundo objetivo que é o objetivo de dar contributo, para uma pressão de natureza positiva e devidamente saudável junto da comunidade, para que esta parcela do território seja definitivamente entregue à Câmara Municipal de Aveiro e nós possamos começar a investir nela. Investimento público, porque não tenham ilusões, não há privado nenhum que lá ponha um prego sem haver investimento público. E bastante investimento público. Primeiro por questões legais daquela parcela. Nós não podemos licenciar lá seja o que for, não é possível. E, portanto, há um trabalho formal e há um investimento em infraestruturas necessárias, porque aquela área não está infraestruturada de forma a permitir o licenciamento seja lá do que for, de uma casa, de um hotel, de uma unidade comercial, não está. E, portanto, entendemos que este exercício era um exercício positivo, contributivo para essa reflexão e para essa luta que é obviamente conhecida de toda a gente e é velha, vem do tempo do Presidente Alberto Souto. Deixar também claro que antes de lançarmos o concurso, fiz as devidas diligências de concertação, com ou então Ministro da tutela dos portos, Pedro Nuno Santos, e com a então presidente da Administração do Porto Aveiro, professora Fátima Alves. E, portanto, foi um trabalho feito com a devida elegância institucional, porque obviamente pretende ser um exercício positivo e contributivo e não nenhum instrumento de arremesso.

Nós de vez em quando fazemos umas críticas, obviamente, e continuaremos a fazê-las, enquanto aquela parcela de terreno de 10 hectares não for entregue à Câmara Municipal

de Aveiro. Isso é uma luta que nós não desistimos dela, como é evidente e óbvio, aliás, cumprimos além do mais, com uma deliberação desta própria Assembleia Municipal. Agora deixar isto claro que são estas razões. Entendemos também que este processo de exposição pública, muito por força do cumprimento daquilo que são os objetivos fixados no New European Bauhaus era importante.

É evidente, que ficamos por aqui? Não. Com base na decisão do júri do concurso vamos escolher quem ganha, quem fica segundo e terceiro, porque há um conjunto de prémios, são 3 prémios mais 2 menções honrosas. E, portanto, ficamos com um conjunto de trabalhos (são 9) para desenvolvermos ideias no futuro. O que é que pode ser o futuro?

O futuro passará por uma operação que tem seguramente a necessidade de fazer uma operação de loteamento ou uma operação do plano de pormenor.

Seja como for, seja com uma destas soluções legais que seja a escolhida para se organizar o território e para se definir onde é que passa a estrada, onde é que se constrói, seja o que for. Seja para pôr um barco na água, seja para construir qualquer coisa pública ou privada, é preciso um loteamento ou é preciso ou um plano de pormenor.

Seja loteamento, ou seja, plano de pormenor, são operações sujeitas a discussão pública. Discussão pública dupla. Discussão no início do processo e discussão pública no fim do processo.

E, portanto, há por aí uma malta que não perceberam nada disto ou que procura obviamente vir a criar problemas e filmes e aqui não se passa nada disto. É um exercício positivo.

Eu fiquei muito admirado no 1º dia, nas primeiras 20 horas, depois de termos anunciado pela comunicação social, enfim, a abertura da receção de contributos dos cidadãos, recebemos 6 contributos de cidadãos. Cada um com a sua opinião. Um gostou mais da proposta A outro da B outro nem disse qual a proposta, mas disse o que é que achava para aquele espaço. Tranquilo da vida. Portanto, tenhamos uma cultura positiva das coisas. E este exercício que estamos a fazer não é contra ninguém. Não é contra o Governo, não é contra a APA. É a favor do Governo é a favor da APA, é favor do território, é favor dos cidadãos.

É este exercício que estamos a fazer. E é muito útil que quem quiser ocupar um bocadinho de tempo e partilhar as suas ideias o faça. Nada vai começar em termos formais, para nos permitir começar a licenciar seja o que for. Este é o exercício que está em causa e, portanto, eu diria que é um momento extra de reflexão, porque seguindo o bom caminho que nunca se conseguiu até hoje, depois de um episódio que já me vou referenciar a ele, é uma oportunidade de nós, em vez de estarmos sempre a dizer a mesma coisa. que todos dizemos, que aquilo é uma vergonha e que não fica bem para a Câmara ter assim aquele espaço, bla, bla, bla. Que possamos começar a falar sobre estes desenhos que 9 pessoas, ou nove grupos de pessoas que se ousaram trabalhar. Obviamente lutarem por um prémio, seguramente. Se não fosse atribuído prémio, enfim, eventualmente não tínhamos 9, tínhamos 2 ou 3 ou nenhum. E que partilharam a sua perspetiva. Isto é um ato positivo. A última vez que se fez uma coisa destas foi uma coisa formal. Qual inquérito público! O que houve foi uma discussão pública com as formalidades a lei na altura tinha, bem diferentes daquelas que temos hoje.

Quando a Câmara desenvolveu e aprovou formalmente e esteve em vigor até Dezembro de 2019, o famoso Pólis. Portanto vejamos as coisas de forma positiva, temos uma oportunidade de resolver o problema, nós não queremos conflitos com ninguém. A última reunião que eu tive com o atual presidente da APA Eduardo Feio, aliás faz hoje 8 dias, nós nesta última conversa, fizemos o mapeamento daquele que pode ser um entendimento entre as entidades.

É evidente que eu tenho pena no que respeita a esta matéria, do Ministro Pedro Nuno Santos ter demitido. Vos garanto que não tenho nada a ver com a demissão dele. E é minha profunda convicção que o dossier lota de Aveiro não tem qualquer responsabilidade na demissão do Ministro. E disse em público que, acreditava no compromisso que o Ministro assumiu comigo para se resolver o problema.

Na última reunião com ele foi telefónica, mas foi boa. E foi quando ele me telefonou a informar que ia nomear o Dr. Eduardo Feio para presidente da APA. E, portanto, eu sempre disse e disse-o em público. Eu acredito no compromisso que o Ministro Pedro Nuno Santos assumiu comigo.

Depois até houve por aí uma diabrura, por alguns mal interpretada, mas pela maioria bem interpretada, quando eu disse que não é o “ser aveirense” que resolve os problemas de Aveiro. Porque o que resolve é o tomar decisões. O amor a Aveiro pode ser uma arma positiva, mas não é o amor resolve os problemas. O que resolve são as decisões, a coragem de fazer. Eu disse isto na altura. Eu acredito no compromisso que o Ministro Pedro Nuno Santos assumiu comigo.

Aconteceu o que aconteceu. Temos um Ministro novo, como é óbvio, tenho sempre uma atitude dar algum tempo aos Ministros que chegam em razão da consideração por quem chega a um lugar novo. É um governante que não é novo, mas chega a uma pasta que não era da sua responsabilidade. E dizer a todos que é na próxima semana que eu vou fazer a minha primeira diligência com o Ministro João Galamba, com devida ponte à Ministra da Descentralização, a Ministra Ana Abrunhosa e ao presidente da APA, obviamente.

Portanto é neste quadro positivo que nós estamos a trabalhar este dossier. Não há aqui nenhum filme. Obviamente que pensar em habitação a custos controlados naquele sítio, é quem não sabe o que é custos controlados. Porque é absolutamente impossível, com as limitações de custos e de margens de lucro que a lei impõe, ter habitação a custos controlados naquele sítio. Só quem não sabe mesmo o que uso do solo, o que são estacas de jet grouting injetadas a 30 metros, só quem não sabe nada disto é que pode dizer os disparates dessa dimensão. Mas isso é o Bloco de Esquerda que é especialista em gerir os municípios que não têm, os países que não existem.

Queria deixar uma palavra obviamente ao presidente da Junta de São Jacinto, Arlindo Vicente. Saudá-lo aqui e obviamente dizer-lhe aquilo que ele já sabe, estamos aqui para trabalhar e para o ajudar. O problema de São Jacinto é muito difícil. O país não tem solução para o gravíssimo problema da Junta de São Jacinto. É também uma vergonha nacional, uma junta de freguesia tem uma relação de desequilíbrio entre a Dívida e a Receita de 13 vezes (treze). Relembro que a relação de desequilíbrio na Câmara de Aveiro que recuperámos era três e meio e éramos a segunda Câmara em desequilíbrio do país, na Junta de São Jacinto, o desequilíbrio é de 13 vezes.

Saibam que o país não tem solução legal nem financeira para este problema, que é do país. Porque a Junta não é do presidente, a Junta é do Estado Português. Nem é dos cidadãos de São Jacinto. A Junta de São Jacinto é uma entidade do Estado Português, apenas quem elege os seus órgãos autárquicos são os cidadãos de São Jacinto, mas não donos. O dono é uma entidade chamada o Estado Português. E o Estado Português tem uma unidade administrativa falida gravemente e não tem solução legal e financeira.

Eu já corri as capelinhas todas, com o devido respeito pelas pessoas com quem trabalhei, DGAL, FAM, IGF, Ministra da Coesão Territorial. Nada. Conclusão, não há solução. Estamos a lutar por uma solução, a ver se ela pode ser solução, para nós podermos ajudar a resolver um problema que é um problema de sanidade institucional do Estado Português. Agradecer as palavras do Manuel Prior em relação à minha pessoa e partilhar aquilo que queria partilhar nestes 4 minutos.

Iniciámos uma fase muito importante de definição dos objetivos que queremos financiar no quadro do Portugal 20/30. Mais especificamente dos objetivos que queremos contratualizar com o nosso Programa Regional, que se passa a chamar CENTRO 20/30.

A semana passada foi realizado Conselho Regional. No dia 24 foi apresentado o programa e hoje mesmo, coincidência, passámos a tarde toda numa difícil, dura, e muito boa reunião de trabalho com a Presidente da CCDR e a sua equipa e os 11 Presidentes de Câmara da nossa Comunidade Intermunicipal.

Foi a primeira discussão já com números e agora temos, arredondando a conta dois a três meses para fazermos todo o trabalho. O que é que queremos financiar, quais são as tipologias que encaixam nas Opções Estratégicas que estão tomadas ao nível da União Europeia, do País, da Região Centro, da Comunidade Intermunicipal e no nosso caso da agenda do município de Aveiro.

As Opções Estratégicas estão todas publicadas, mas obviamente que dentro das Opções Estratégicas cabem inúmeros projetos. Mas não cabe tudo. Como é óbvio, não vamos ter os mil milhões, mesmo tendo não caberia tudo e, portanto, há opções que temos que tomar.

Este é o tempo de fazer essas discussões e, portanto, deixar esta nota aqui. Ainda ontem o fiz na reunião pública de Câmara Municipal. Hoje faço na Assembleia Municipal. Quem entender refletir sobre isto, mandar contributos, temos o maior gosto em recebê-los.

Vamos ter ações formais de apresentação pública deste dossier e a receção de contributos. Vamos ter atos formais, posso usar essa palavra, seja atos municipais organizados pela nossa Câmara, sejam atos organizados pela Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro.

Para no quadro que está decidido, está assim e tem um cronograma definidíssimo para fazer este trabalho e chegarmos ali a meados do mês de Abril e termos este trabalho terminado. Porque depois há um conjunto de atos formais que como é evidente nestas matérias têm que ser praticados. Contratos que tem que ser assinados. E, portanto, é uma tarefa da maior importância.

Obviamente que nós temos um quadro estratégico base e um plano de investimentos que está escrito no nosso Plano Diretor Municipal. É um quadro base muito importante e como é evidente está devidamente validado em termos legais e políticos. Temos um quadro político-eleitoral também que está definido com clareza fruto da eleição dos cidadãos em Setembro de 2021. Mas este é um compromisso que vamos assumir por 7 anos.

O Quadro vai de 2021 a 2027, portanto a despesa é elegível desde janeiro de 2021 e o Quadro vai ter dois anos de prolongamento. Portanto o Quadro não vai acabar no final de 27, com o prolongamento irá acabar no final de 2029.

Estamos em 2023, será este o ano do arranque. É minha convicção, enfim, que é mesmo o ano do arranque e o cronograma está definidíssimo e não é exatamente folgado, embora só tenhamos começado a trabalhar agora, mas, enfim, é pouco provável que ainda este ano comecem a chegar verbas, comece a chegar dinheiro à nossa tesouraria.

Se as coisas correrem bem e se tivermos candidaturas com mais maturidade e nós vamos ter várias, de obras que estão em plena execução, ainda é possível que possa entrar receita proveniente do Portugal 20/30 no exercício financeiro de 2023.

Portanto deixar esta informação, este convite. O alerta, obviamente, para outros momentos de interação que vamos ter, enfim, no quadro municipal, no quadro intermunicipal. Os colegas que são membros da Assembleia Intermunicipal vão receber uma convocatória para uma reunião extraordinária para o próximo dia 13 de fevereiro, onde este é um dos pontos da ordem de trabalhos. Obrigado Presidente.”

Concluídas as intervenções do Período Regimental de Antes da Ordem-do-dia, o Presidente da Mesa iniciou a *Ordem-do-dia* da Sessão.

Ponto 1 – Apreciação e votação da 1ª Revisão das GOP e Orçamento 2023.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 26/01/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰¹⁹ para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁰

“Senhor Presidente, muito obrigado. De forma sucinta, obviamente estando ao dispor para o debate, para qualquer questão que queiram colocar. Este é, enfim, um momento importante, não exatamente em termos políticos porque, em termos políticos, porque não há nenhuma mudança das Opções que tomámos, enfim, no executivo municipal e na assembleia municipal, que é quem manda naquele que é o documento de gestão, o Orçamento e as Grandes Opções do Plano.

Portanto não há qualquer alteração das opções políticas que tomámos na afetação da receita total prevista para o exercício que já estamos a viver de 2023, com um valor de referência total de cerca de 137milhões de euros. Portanto, não há matéria política naquela questão de que já desistimos da obra X e vamos fazer a y. Não, não há. Há uma outra alteração, por exemplo, porque demos corpo a duas estradas que que estamos a fazer. Uma delas está a acabar projeto, outra está, enfim, a mais de meio, que passam a estar nas Grandes Opções do Plano com nome, quando elas na versão atual também lá estão, mas não estão em rubricas específicas estão na rubrica genérica da qualificação, arruamentos.

Portanto, são algumas questões e são poucas, são 5 deste tipo que acabei de referenciar. Mas pronto, para deixar claro que não há alterações nas Opções.

O que há de importante, obviamente, é nós pegarmos no nosso Saldo e tornarmos definidas verbas que estão não definidas e que ficaram não referidas exatamente por isto, ficar-se à espera da definição do Saldo e decisões políticas formais do executivo e da Assembleia Municipal para fazer a sua integração.

Integrando com a aprovação, que, obviamente, solicitamos e propomos à assembleia municipal e espero seja aprovado, na segunda-feira, estamos a desenvolver uma série de processos de despesa que estão a aguardar que a sua verba cabimentada, que está referenciada a uma dotação não definida, passe a definida.

Aliás, um dos meus muitos despachos da manhã de amanhã, será assim um conjunto de processos dessa natureza e deste âmbito. Portanto é um processo normal, mas é cumprir uma burocracia à portuguesa. Achamos imensa piada nestas coisas da legislação portuguesa, porque esta questão serve para nada. Por que é que, uma entidade pública, que tem Saldo contabilístico a 31 de Dezembro, não o pode usar contabilisticamente no dia 1 de Janeiro, mas é uma burocracia. O legislador português continua a deleitar-se com burocracia e, portanto, nós temos lá um dinheirinho, o dinheiro está nalgum sítio, em regra no banco ou numa aplicação qualquer, mas não o podemos usar porque contabilisticamente temos que fazer a integração do Saldo!

Nada demais. Mas serviria seguramente um simples despacho do político que tem o pelouro das finanças ou do próprio diretor financeiro, porque se trata de uma manobra administrativa absolutamente básica. Não, o legislador acha que isto é uma coisa muito complexa e, portanto, temos esta trabalhadeira toda, de levar à Câmara, de propor à Assembleia Municipal. E menos mal que, com os novos mecanismos que agora estão na Lei do Orçamento de Estado, relembro que nós começámos a fazer isto em Aveiro, antes de estar na Lei do Orçamento de Estado, porque aprendemos com o município que foi pioneiro em Portugal nesta antecipação, em relação à clássica integração do Saldo, que só se fazia em Março, Abril, aquando da aprovação formal das Contas. Deixar sempre uma palavra de agradecimento ao município da Batalha, que foi quem inventou esse procedimento, que nós adotámos. Obviamente que como o crescimento dos Saldos nas Câmaras portuguesas tem sido muito forte dos últimos anos, e a razão primeira é a Lei dos pagamentos com compromissos em atraso e a gestão dos fundos disponíveis, e a necessidade de termos verba cativa para ser gasta e não se faz financeiramente, isto provoca Saldo e obviamente que isto criou uma pressão muito forte sobre o Governo, sobre a Assembleia da República e passou a integrar-se esta possibilidade que usamos na lei do Orçamento do Estado.

E, portanto, é este o histórico sumário disto. No nosso caso, o nosso Saldo segue o seu caminho descendente. E estes 37,4 milhões de euros tem essa afetação programada.

Ainda ficamos com verbas não definidas. Lembrai-vos que sempre demos nota no nosso debate aqui e na decisão que tomámos, que tínhamos duas fontes principais para alimentar as verbas não definidas. Uma principal é esta do Saldo, a secundária lá iremos falar no ponto seguinte da ordem der trabalhos, que é a receita que poderá provir da hasta pública que trazemos como proposta a esta assembleia municipal.

Portanto é este o quadro que nós estamos a trabalhar, sabendo que houve uma alteração orçamental que já mexeu nalgumas matérias do Orçamento base, nomeadamente para ter cabimento para desenvolver a matéria do ponto da ordem de trabalhos, desenvolver formalmente os Contratos interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, porque senão, não o podíamos fazer.

E também a adjudicação da obra da EBI das Barrocas e também, o ajustamento das verbas da Obra do Rossio, para que consigamos prosseguir com os pagamentos sem qualquer tipo de intervalo.

Portanto estas 3 rubricas já tiveram movimentos na primeira alteração orçamental, que é uma matéria que apenas precisa do meu despacho.

Portanto estes são os aspetos que entendi principais para introduzir neste debate, estarei obviamente ao dispor para nele participar e para responder às questões que entendam por bem colocar. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[022](#)

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não se zangue comigo. Não se zangue comigo. Ok. Mas mais uma vez dizer-lhe que os deputados da Assembleia Municipal não pedem esclarecimentos! Podem pedir, mas o que fazem é intervenções. Nos pontos da Ordem do Dia fazem intervenções.

As intervenções podem ser seguidas de pedidos de esclarecimento, mas fazem intervenções! Posto isto. Verifica-se menos 3,4 milhões de saldo!? Bem, concordo com o Senhor Presidente que tem uma evolução positiva esta diminuição do saldo de fim de ano.

E sendo uma evolução positiva seria bom se continuasse a ocorrer nos anos que vêm aí em frente.

Mas a sua intervenção deixa-me um pouco confuso. Por um lado, disse que não há

alterações, disse que não há alterações, mas há alterações, ok depois vai esclarecer melhor. Mas aquilo que nós estamos a ver e a aprovar é uma intervenção genérica. Continua não ser pormenorizado nada de destino deste Saldo! Não há nenhuma obra que se agregue. Percebo perfeitamente para que é que vai ser utilizado, mas no pressuposto que não há alteração da Opções do Plano. Mas na sua intervenção ficou aí algo, pelo menos uma área cinzenta de se houve ou não houve alteração ao Plano e Orçamento.

Muda o nome, mas é a mesma coisa, bem há aí uma área cinzenta que era preciso que ficasse claro.

Portanto o positivo deste momento é que embora este Saldo e a forma como é proposta a sua distribuição de utilização, não garantindo desde já a totalidade das receitas previstas para o ano no plano plurianual de investimentos que é de 28,2 milhões, fica bastante próximo caso se concretize a outra fonte extraordinária de receita que é a venda. Ok, muito bem. Está-se então no caminho adequado no que diz respeito à gestão das finanças municipais. Agora, o que já fica em termos numéricos, pois as coisas não são exatamente lineares, o que já fica é uma verba que permite o financiamento das Opções mais relevantes das GOPs. As opções mais relevantes das GOP são 16,3 milhões e aquilo que é destinado às GOPs é bastante mais.

Muito bem, presumimos de que se não existe uma lista de demonstração da distribuição da verba agora disponível, que não sendo em si uma irregularidade, não é uma irregularidade, mas apesar de tudo deve ser considerada uma menor transparência. Se me disser que este Saldo é mesmo para as ações mais relevantes que ficaram sem cabimento posso considerar a resposta satisfatória. E nesse pressuposto apenas o PCP votará a favor da proposta apresentada.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Tratando-se de uma da aprovação dos mapas da execução orçamental, integração necessária do saldo de gerência, seremos coerentes e votaremos contra, em consonância com a nossa votação anterior. Não estamos de acordo com muitas das opções orçamentais e das políticas tomadas por este executivo, as quais temos vindo a nomear reiteradamente. E não querendo repetir exaustivamente, nomear uma das opções mais marcantes que é obra do Rossio, nos moldes em que está a ser feita. Bem como várias obras primam pela impermeabilização dos solos, que é um caso crasso nos dias de hoje pelo desaparecimento dos espaços verdes tão necessários ao nosso futuro. Também gostaríamos de ter visto um maior investimento em política de mobilidade suave, e na adaptação de combate às alterações climáticas, eficiência energética.

Também poderíamos referir o que consideramos ser um parco investimento na área social ou uma quase inexistência investimento na área animal. Não podemos concordar que o município com impostos tão elevados, depois dê o que consideramos ser em muitos casos uma má utilização de dinheiros públicos. Solicito que considerem esta minha intervenção como declaração de voto.”

Vogal Ivo Angélico (BE)[025](#)

Vogal Jorge Greno (CDS)[026](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[027](#)

“Senhor Presidente, neste ponto estamos a falar de dinheiro já cabimentado. Isto é apenas meramente um ato administrativo que permite antecipar a utilização do Saldo sobranante. O PSD votará favoravelmente a integração do Saldo de 2022 na Conta de 2023.”

Presidente da Câmara:⁰²⁹

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁰ Ponto 1 – Apreciação e votação da 1ª Revisão das GOP e Orçamento 2023, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor (PSD19+CDS5+PPM1+PCP1), seis abstenções (CH1+PS5), e quatro votos contra (PAN2+BE2).

Seguiu-se a seguinte declaração de voto.

Vogal António Salavessa (PCP):⁰³¹

“Bom, é necessário deixar claro nesta declaração de voto que, o voto a favor foi ao documento que foi apresentado e que nada tem a ver com a votação do Plano e Orçamento para 2023.”

Ponto 2 – Apreciação e votação dos contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2023 (com exceção de São Jacinto).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária, realizada em 26/01/2023, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰³² para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁴

“Os objetivos que negociámos e consensualizámos no trabalho de equipa que fizemos com as nossas juntas de freguesia. Em várias reuniões, várias reflexões que tivemos conjuntas, afeta no recurso cerca de 1 milhão de euros e que, obviamente, cumpre objetivos que entendemos relevantes para o todo municipal, obviamente. E, por isso delegamos a competência e entregamos esta capacidade financeira para executar estes objetivos e, obviamente, importante para cada uma das freguesias em causa.

Há uma diversidade grande de operações, mas isso também tem a ver, obviamente, com a totalidade do desenvolvimento em que estamos envolvidos e há objetivos de múltipla natureza para cumprir e este conjunto de investimentos demonstra bem essa diversidade em razão da abrangência da intervenção das juntas de freguesia e, neste caso da Câmara que delega estas competências com tipologias profundamente diferentes, muito diversas, como é bom de ver nos documentos que estão apresentados.

Portanto deixar obviamente essa nota de agradecimento às senhoras e senhores presidente de junta, pela elegância, pela frontalidade, pelo espírito aberto com que o processo foi trabalhado.

O acordo que fizemos, enfim, deu a volta, tem que dar a volta a todos os órgãos autárquicos, tendo começado no executivo municipal, passando pela freguesia, termina com este último ato aqui na Assembleia.

Obviamente, apenas deixar uma palavra ao Presidente Fernando Marques, aqui também representado pelo seu homónimo, colega, mas deixar apenas uma palavra de incentivo, para a sua recuperação plena da sua saúde. Ele que é um jovem que nos vai surpreendendo a todos pela sua inesgotável energia. Mas, obviamente, além de agradecer a todos, e a ele que esteve na equipa de negociação, deixar esta palavra de incentivo. São motivos de saúde

que o impedem de estar aqui hoje connosco, mas, enfim, a recuperação está a correr bem com uma ou outra atribulação, mas, enfim, seguramente que com a nossa força também o Presidente Fernando conseguirá ultrapassar este momento menos fácil da sua da sua vida e poder estar connosco no dia que combinámos, para fazermos a assinatura dos nossos 9 contratos.

Seguramente que convidaremos o Presidente Arlindo Tavares, não exatamente para assinar, mas para se inspirar neste espírito de equipa e no trabalho que vamos fazendo porque obviamente queremos que o mais rapidamente possível, se reúnam as condições em São Jacinto, para estarmos aqui e trabalharemos o máximo que sejamos capazes, vamos ver se conseguimos ter sucesso, para que neste exercício 2023, possamos estar aqui a aprovar um contrato análogo com a Junta de Freguesia de São Jacinto. Temos isso obviamente também como objetivo no trabalho que temos em desenvolvimento. Estarei obviamente ao dispor para o debate e para as questões que entendam por bem colocar. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

“Independente de qualquer questão que possa surgir no decorrer da reunião e possa suscitar uma segunda intervenção não me irei alongar. Mas dizer que isto é um processo que depende não na totalidade ou em exclusivo da Câmara, têm a ver também com as competências das assembleias de freguesias e juntas de freguesia. Portanto havendo já essa autorização prévia na discussão do Plano e Orçamento e este assunto tido já um percurso nas assembleias de freguesia, esta votação aqui para fechar, a votação do PCP dependerá durante o que ouvir nesta discussão. Se há alguma objeção, se há algum problema, que venha de parte dos senhores presidentes de junta que são quem conhece em particular as situações das freguesias.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos de acordo com a transferência de competências para as Juntas de Freguesia pelo importante papel que assumem na sua actividade diária de proximidade com os cidadãos. Estando as partes em consonância com o acordado, votaremos a favor.”

Vogal Ivo Angélico (BE)⁰³⁸

Vogal Jorge Greno (CSD)⁰³⁹

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁰

“Muito obrigada Senhor Presidente. Permitam-me que dê as boas vindas ao meu colega de São Jacinto a juntar-se a este grupo. Sei que será o principio de um bom trabalho em São Jacinto e por isso espero e faço votos de que tudo corra bem e que seja resiliente para enfrentar aquilo que tem pela frente, que é um desafio grande, mas terá certamente todo o apoio dos colegas aqui presentes e também da nossa Câmara, como aliás já o temos revelado e visto.

Em relação a este processo deixar aqui uma nota. Estamos mais uma vez aqui a votar estes contratos de delegação de competências, que são de facto o momento alto para as Juntas de Freguesia. Chegámos a este ponto porque houve um trabalho de equipa, um trabalho de cooperação. Uma relação de confiança mútua, de responsabilidade, para conseguirmos desenvolver o trabalho que até agora nos foi confiado.

Por outro lado, este processo, também revela muito daquilo que é a estratégia municipal para o concelho de Aveiro. É uma estratégia que passa por todos os cantos do município. Passa pelas suas 10 juntas de freguesia. Apenas a Junta de São Jacinto, por razões que todos sabemos não vai à mesa da assinatura como disse o Senhor Presidente. Mas estará seguramente connosco e será um momento também de darmos este pontapé de arranque para mudar a vida aos cidadãos em São Jacinto.

Ter em conta que este investimento que o Senhor Presidente dizia que é de 1 milhão de euros, é mais. Porque tem também a delegação de competências da Descentralização. Estamos a falar de 2.1 milhões de euros. Portanto não é propriamente só 1 milhão.

Depois ter a noção que se hoje temos o processo da Descentralização a decorrer com as Juntas de Freguesias com um aumento de cerca de 15% também se deve muito à negociação e ao trabalho desenvolvido com a Câmara Municipal e com as suas Juntas de Freguesia.

Um trabalho de equipa que está à vista de todos. Hoje, não é só o centro de Aveiro que tem obra. A obra está em todas as freguesias. O investimento vê-se quer a nível de parques infantis, quer a nível de qualificação urbano, quer a nível da zona viária, quer a nível de infraestruturas, dotando as freguesias dos seus próprios armazéns.

Portanto estamos a falar de um pouco de tudo. O investimento global que põe o nosso município na linha da frente. Que tem aqui uma relação de confiança muito grande com a Câmara Municipal de Aveiro e os seus executivos nas juntas de freguesia. E somos a prova de que realmente possível fazer mais e melhor pelo concelho de Aveiro e isso os cidadãos disseram-no mais uma vez na freguesia de São Jacinto.

Portanto Senhor Presidente, estamos aqui de braços abertos para receber estes contratos e trabalharmos juntos em prol de Aveiro e com o município todo a construir sempre mais para Aveiro e para a nossa cidade. Muito obrigado.”

Vogal Victor Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[041](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Também cumprimentar aqui o meu colega Arlindo Tavares da Freguesia de São Jacinto, pela grande vitória que teve.

A aprovação dos contratos de delegação de competências que hoje estão em análise, é mais uma oportunidade da Câmara Municipal de as Juntas de Freguesia do município, unirmos esforços no aperfeiçoamento dos serviços prestados para aqueles que habitam, trabalham, e visitam o nosso território. Um trabalho que implica um esforço diário de promoção da qualidade e da eficácia que temos vindo a cumprir ao longo dos últimos anos. Importa referir que estas delegações de competências são uma parceria que une as várias autarquias, depois há cerca de meio ano termos aqui aprovado as transferências de competências.

No caso concreto da freguesia a que presido, este contrato permitirá continuar a zelar pelos parques infantis e pelos desportivos, manter passeios e caminhos rurais, a aplicação de placas de informação toponímica, assim como a empreitada da construção do armazém da junta freguesia que estará brevemente em concurso público.

Face a isto, reafirmo que para mim e para o executivo que lidero, este acordo é uma forte medida de proximidade com a população local e que conduz a um trabalho de proximidade com os nossos cidadãos que muito nos apraz. Bem-haja a todos e bom trabalho.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[042](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[043](#)

“Senhor Presidente, subscrevendo tudo o que os Presidentes de Junta Ângela Almeida e Victor Marques disseram, e quero crer onde todos os presidentes de junta se reveem, o PSD subscreve tudo o que disseram.

Neste ponto dos Contratos Interadministrativos de delegação de competências é sempre um gosto para o PSD ouvir e votar favoravelmente estas propostas. Estas propostas foram trabalhadas discutidas e aprovadas pelo executivo e por todas as juntas de freguesia, menos a de São Jacinto. Por isso, se os senhores Presidentes de Junta trabalharam o documento, num acordo com o executivo, nós no PSD, só nos resta com muito gosto votar favoravelmente, desejando aos senhores presidentes de junta um bom cumprimento deste contrato de delegação de competências.

Ao Presidente Arlindo Tavares, à Junta de Freguesia de São Jacinto, e aos cidadãos de São Jacinto, o que desejamos, por estarem arredados deste acordo, é que no recato e no silêncio dos gabinetes, ele e o executivo municipal consigam resolver o mais rapidamente possível e que brevemente a Junta de São Jacinto faça parte destes acordos de delegações de competências, pois as pessoas de São Jacinto não podem, não devem ser castigadas, prejudicadas que estão pela incompetência e incapacidade de gestão de outros que deixaram um legado genético muito mau.”

(Saiu da sala de Plenário a Segunda Secretária Maria Cristina Macedo da Costa Veiga).

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴⁴ Ponto 2 – Apreciação e votação dos contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2023 (com exceção de São Jacinto), sendo as propostas aprovadas por maioria, com trinta e dois votos a favor (PSD18+CDS5+PPM1+CH1+PS5), três abstenções (BE2+PCP1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 01NOV22 a 27JAN23.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para⁰⁴⁵ apresentação da Informação sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴⁶

“Senhor Presidente, muito obrigado. Primeiro quero pedir desculpa à Assembleia pelo erro de numeração que o documento tem. É raro acontecer, mas, enfim, acontece. Portanto a responsabilidade é minha peça desculpa apenas por isso. Os pontos 1, 2, 3 estão repetidos na numeração, o conteúdo e objetivamente diferente. Pedir desculpa por esse por esse erro e quero apenas deixar uma referência exatamente aos três primeiros pontos, porque os escolhemos, exatamente por realce político.

Em primeiro lugar, algo que é muito raro em Portugal. Ter um Plano de Pormenor ser dado como totalmente executado. É evidente que é um Plano de Pormenor muito especial para cumprir objetivos de organização e ocupação do território muito específicos. É verdade, sabemos disso. Muito específico, mas é sempre muito bom, nós podermos ter este um ponto destes, que eu fiz questão que fosse o primeiro, precisamente para dizer isto: “está cumprido”. Este Plano de Pormenor naquilo que é em primeiro lugar responsabilidade da Câmara, que teve a sua componente pública, e licenciar a componente privada, neste caso

da empresa Navigator e, obviamente, é muito positivo podermos fazer este registo, honrando um compromisso das entidades e, obviamente que foi gerador de um acrescento relevante de qualidade de vida para os cidadãos, para a área residencial, para a área industrial, para a circulação automóvel que era feita com elevadíssimo nível de risco pelo meio da área industrial e, portanto, deixar esta nota da do nossa satisfação de podermos ter o Plano de Pormenor do parque industrial de Cacia, beneficiando a área social e a área industrial da Navigator como matéria tratada e, neste caso, bem tratada.

Foi a execução do Plano e a execução com um nível de qualidade a 100% em termos de execução e objetivamente com ganhos qualitativos muito, muito relevantes.

A segunda nota é para este trabalho na área Ambiental que vimos fazendo, que é, enfim, que é total, dirigida a todos os cidadãos e a todo o município, mas que tem um trabalho particularmente cuidado, intenso, com a nossa comunidade educativa, com as nossas escolas e, portanto, foi o momento da entrega, da festa, da entrega das bandeiras verdes.

Bandeiras verdes que referenciam as nossas eco-escolas. São 34 e, portanto, deixar essa nota de registo. Obviamente de agradecimento a toda a nossa equipa da câmara que gere este processo nas áreas do ambiente, que é quem lidera o processo e a da Educação. Obviamente, também à comunidade educativa, muito em especial aos nossos agrupamentos, aos professores que são pivôs neste processo, como é evidente. Pivôs na dinamização destas operações e de uma forma geral, aos nossos alunos, que são a alegria da casa e são quem faz acontecer e quem tem um papel muito importante de replicar na comunidade, desde logo na célula da família de cada um as aprendizagens que procuramos consolidar, desenvolver e consolidar, neste trabalho de educação ambiental, neste caso específico do programa eco-escolas.

Uma referência também, pela sua anormalidade, por ser uma operação diferente, o lançamento do site do arquivo municipal. Ele quer dizer, um longo trabalho, um trabalho muito complexo, que não está acabado. Este é um trabalho eternamente inacabado.

E não é só histórico/documental, não é só da transparência e do acesso. É de nós podermos disponibilizar de forma democrática o conhecimento de peças, algumas delas absolutamente capitais, de várias etapas da nossa história. Quisemos também escolher um dia simbólico. São os simbolismos da vida que valem só o que valem, da tal data comemorativa dos 1064 anos, da primeira referência documental a Aveiro.

Portanto, Aveiro, no mínimo, tem esses 1064 anos. Obviamente se há a primeira referência documental no testamento da Condessa de Mumadona Dias, obviamente que tinha que haver Aveiro uns anos antes.

Mas é um marco muito importante da nossa história. E, por isso, quisemos fazer este exercício meramente simbólico. Mas eu quero dizer, uma honra à nossa história, como a história de qualquer terra, ou de qualquer gente, com altos e baixos, a nossa também teve os seus altos e os seus baixo, mas todos eles são parte desta história que se partilha por este site e, obviamente, vai continuar a ser um instrumento de depósito documental e de acesso democrático, franco a todos aqueles que quiserem, por algum motivo, seja lúdico, meramente de cultura geral ou de investigação e de trabalho, utilizar este vastíssimo e riquíssimo espólio de que a nossa Câmara Municipal é gestora. Mas que obviamente pertence a todos os nossos concidadãos e é património de todos eles.

Portanto são estas as 3 notas que queria realçar nesta informação municipal, num período que foi longo, foi muito rico, muito intenso, com muitas atividades, investimentos, defesa da natureza e, obviamente, estarei ao dispor para participar no debate e responder às questões que entendam por bem colocar. Muito obrigado.”

(Entretanto, reentrou na sala de plenário a Segunda Secretária Maria Cristina Macedo da Costa Veiga).

Presidente da Mesa:⁰⁴⁷

“Vamos fazer as inscrições, mas antes eu coloco uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara, aliás é uma sugestão e já conversámos sobre isto, seria interessante neste arquivo municipal colocar o espólio antigo das atas desta Assembleia Municipal, aquelas que correspondem à fundação da Assembleia Municipal e que não está de acesso on-line, porque nem sequer existia internet nessa época.

Mas que também possa a breve trecho logo que possível integrar estes fundos, seria realmente interessante do ponto de vista histórico, documental, e democrático também.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁸

“A leitura da Comunicação do Senhor Presidente está feita. Tinha alguns pontos a escarpelizar, mas já foram escarpelizados noutros pontos da ordem de trabalhos. Nomeadamente a questão do concurso de ideias para os terrenos da antiga lota. Aquilo que tenho para colocar numa primeira intervenção, independentemente de poder esgotar o tempo numa segunda, é apenas o seguinte: recorreu a Câmara Municipal a fundos comunitários para instalar ao longo dos canais carregadores elétricos e cabos que permitissem que os moliceiros passem a elétricos na mobilidade elétrica.

No meu biscate, alguns sabem qual, muitos estrangeiros reagiram positivamente à ideia de que os moliceiros vão ser elétricos. E eu não sei porquê, mas com certeza num erro de informação que recebi, ia dizendo que em 2023 seria o ano da passagem de motores de combustão para a passagem a elétrico.

Ora, o tempo vai-se arrastando e aquilo que se está pouco a pouco a assistir é a uma ligeira degradação dos equipamentos e não sei se qualquer dia não temos um roubo dos cabos, ou o desaparecimento cabos.

Portanto era uma pergunta muito concreta, que tem a ver como um passo positivo, que é visto como muito positivo não só por nós aveirense, mas por quem nos visita, quando é que se avança na concretização e o que é que falta para concluir esse processo?”

Presidente da Mesa:⁰⁴⁹

“Senhor Presidente da Câmara, só uma retificação. Entretanto o Dr. Cartaxo já me informou que as Atas da Assembleia Municipal já foram sendo colocadas on-line depois de feita a sua digitalização pelo Serviço nos últimos tempos e, portanto, já está tudo disponibilizado. Eventualmente, fazer uma hiperligação para o Arquivo Municipal e o assunto fica resolvido.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁰

“Obrigado Senhor Presidente. Começar pelo ponto 32 Conselho Consultivo da Juventude. Aguardamos com expectativa a concretização deste processo do conselho consultivo da juventude. E como referimos no processo de consulta pública: Receamos que este formato e composição possa intimidar, condicionar, ou negar a implementação de propostas ansiadas por muitos jovens, mesmo que de forma inadvertida e que resulte num posicionamento dum Conselho Consultivo para a Juventude mais “paternalista” do que do real interesse dos jovens do município.

Relativamente ao ponto 76. No dia 31 de janeiro foi divulgado um trabalho da Repscore nas redes sociais do município, o ranking que coloca Aveiro como a melhor “Marca-Cidade do País”. Mas queremos recordar que a 20 de janeiro foi emitida uma peça do estudo dos

melhores municípios do país, do INTEC, onde o ranking que premiou os melhores municípios para se viver só analisou 20 dos 308 concelhos de todo o país, por ser necessário o pagamento de 15 mil euros para entrar nesse estudo. Dado que estes trabalhos têm custos gostaríamos de saber se este trabalho da Repscore também os teve e qual o montante para o município?”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵¹

“Senhor Presidente, muito obrigado. Cumprimento-o a si e a todos os presentes e quem nos acompanha lá em casa. Gostaria de começar pelo ponto 14, sobre o fundo de apoio a famílias que neste período foi atribuído a 14 famílias, questionando quantas famílias se encontra neste momento à espera de uma resposta por parte da câmara para receber este tipo de apoio? Fazendo uma ligação ao ponto 66, sobre a atualização das rendas das habitações sociais, atualização feita de acordo com a lei em vigor, é factual, mas que não é obrigatória. E nas circunstâncias que vivemos a Câmara Municipal de Aveiro poderia ter prescindido desta atualização das rendas. O valor em causa pode não ser considerado elevado, mas vem somar-se a uma subida generalizada de preços em serviços essenciais e no final do mês, essa soma contribui para o empobrecimento das famílias.

Questionamos aqui, também, quantas famílias se encontram em lista de espera para atribuição de uma habitação social parte da Câmara Municipal de Aveiro?

Indo ao ponto 6, fomos contactados por campistas do parque de campismo São Jacinto, porque se encontra no local uma colónia de gatos que tem sido cuidada por estes, aos quais têm prestado cuidados, esterilização, encaminhado animais para adoção. Questiona-se quando o parque for definitivamente fechado ou antes, já foi, mas os campistas têm de sair na data limite, quem cuidará de alimentar e prestar os restantes cuidados a estes animais? Sobre o ponto 42 Capital Europeia da Cultura. Quero começar por agradecer o trabalho e o esforço de todos os envolvidos, desejando que este trabalho realizado seja preservado e possa servir de bússola a atividades futuras. Até tendo em conta todo o investimento que foi feito monetariamente.

Mas também pensamos que, se tem confundido ao longo dos anos concertos pontuais e festivais realizados, manifestamente para atrair turistas, com aquilo que deve ser um investimento permanente na Cultura do município. E que abrange muitas outras atividades culturais, bem como outros interlocutores, para além da Câmara Municipal de Aveiro. Porque o município rico culturalmente, deve investir e criar condições para que os artistas possam desenvolver as suas atividades e não substituir-se a estes.

Este é um investimento que não tem sido feito em Aveiro. Aveiro não tem por exemplo uma residência de artistas. Durante a candidatura nem um cinema existia no concelho. As associações culturais existentes debatem-se todos os anos com poucos apoios e têm grande dificuldade em desenvolver a sua atividade.

Mais uma vez, temos a agradecer aos vários intervenientes pela qualidade da candidatura, mas cremos que o facto de Aveiro não ter apresentado uma maturidade cultural consolidada, tenha levado a este resultado.

Senhor Presidente, chamo a atenção para o facto de não ter respondido a nenhuma das questões feitas pelo PAN no período de antes da ordem do dia. Obrigado.”

Vogal Ivo Angélico (BE)⁰⁵²

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵³

“Senhor Presidente, também falando pela ordem que a comunicação nos é apresentada, dar os parabéns à Câmara pela colocação online do arquivo municipal digital. No entanto há uma pergunta que vi no Facebook e que também fiquei com essa curiosidade, que é a questão da marca de água nas fotografias que, de certa forma, sobretudo nas fotografias mais antigas, muitas vezes não consegue ver muito bem o que é que lá está. A marca de água como está feita tapa metade da fotografia.

Deixava também uma sugestão. Obviamente que estes trabalhos de digitalização são morosos e não haverá certamente demasiados meios para os fazer, mas eu sei, fui vereador, que a Câmara também tem um património grande de obras de arte que não estão expostas e julgo que poderia ser útil que esses quadros fossem fotografados e se criasse o género de um museu digital. Pelo menos para que nós pudéssemos saber as obras que a Câmara tem na sua posse e quais são. E até para eventual objeto de estudo para quem se dedique a esse tipo de temas pudesse também ter essa relação e um primeiro contacto com essas obras. Ponto número 6, Parque de Campismo São Jacinto. Congratulamo-nos com o fim do processo e esperamos que o projeto que a Câmara tem, seja posto em prática logo que possível porque é importante para a freguesia de São Jacinto ter o Parque de Campismo a funcionar, devidamente requalificado, com condições de segurança para todos aqueles que o querem frequentar.

Depois os pontos 25 e 26 tem a ver com o apoio às Associações Desportivas. São 6 milhões de euros em 7 anos. Em números redondos é muito importante. Tem sido muito importante para as Associações Desportivas do concelho, depois de vários anos em que não houve apoios por parte da Câmara, todos conhecemos os motivos. E também parte deste apoio, mais de 50% é em infraestrutura, no apoio à construção e à melhoria de infraestruturas. Portanto isso tem reflexos na prática desportiva, nos resultados desportivos dos clubes de Aveiro e, portanto, também nos congratulamos com esta situação.

E esperamos que, com os novos equipamentos que estão previstos vir a ser construídos e aqueles que vão ser requalificados, que as condições para os praticantes de desporto possam ser ainda melhores.

Depois ponto 34, a questão da Avenida 25 de Novembro. Mais uma vez dar os parabéns à Câmara por ter colocado este nome na toponímia aveirense. É uma data que importa recordar. Importa recordar para nós portugueses, não com o sentido que às vezes querem dar esta data, porque normalmente nestas datas comemora-se várias coisas, mas o 25 de novembro, foi o dia em que foi consolidado em Portugal o podermos expressar a nossa opinião. E é por isso que nós estamos aqui hoje, nesta sala, todos os partidos, e todos com o direito de poder de expressar a nossa opinião.

Ponto 41. O início da recolha dos Bio-resíduos. Como já foi aqui explicado, começa-se pelo canal Horeca. Há dificuldades, quer na questão dos meios quer na questão do pessoal para trabalhar neste setor. Penso que serão dificuldades que continuarão a existir no futuro. Ainda ontem vi num município a Norte do país, em Aveiro não reparei, os autocarros da Transdev no espaço reservado à publicidade, no vidro traseiro, um anúncio a pedir motoristas e que davam facilidades para obtenção da carta de motorista de transportes públicos.

Portanto se para trabalhar nos autocarros é isto, para andarem a recolher lixo (é o nome que damos a este serviço) muito mais difícil será contratar pessoas. Sobretudo quando, não é o caso em Aveiro, mas em muitos municípios que têm este serviço no âmbito municipal, os ordenados estão limitados o que torna ainda mais difícil que haja interesse de trabalhadores a querer desempenhar estas funções.

Depois a questão da tarifa dos resíduos urbanos. Facto de se manter igual é positivo para a população. A Câmara tem vindo a ter um grande aumento de encargos, como é conhecido e

reconhecido por esta assembleia, no entanto, não reflete esse aumento de encargos que tem na tarifa e isso é positivo.

Para finalizar, os pontos relativamente à atividade municipal. A questão da Capital Europeia da Cultura. Eu acompanhei este processo desde o princípio, também dou os parabéns a todos quantos colaboraram neste processo que foi um processo liderado pela Câmara, mas que teve parceiros vários da região, muitos intervenientes, o trabalho que foi feito foi um trabalho de profundidade, que nos permitiu conhecer melhor aquilo que somos e aquilo que queremos no aspeto cultural.

E aproveito também para contestar aquilo que foi dito antes da questão do apoio à Cultura não ao consumo. Se não houver produção de Cultura não há consumo. As pessoas querem consumir aquilo que existe. Agora parece-me e isto dito por alguém que não é do mundo da Cultura, que temos de perceber que há expressões culturais que têm muito pouco interesse para o público. Tem o direito de existir, mas não podem ter um apoio semelhante ao de expressões culturais que são cativantes e que congregam muitas pessoas à volta dessas expressões.

Portanto há salas para espetáculos pequenos, há salas para espetáculos grandes. Continuamos a faltar uma sala para os espetáculos muito grandes na região. Não é um problema do concelho de Aveiro. Acho que todos têm direito a existir. Todos têm direito a ter apoios, mas cada qual, na medida daquilo do projeto que tem e do programa que apresentam.

Obviamente também haverá, como em tudo, programas e ideias que são apresentadas e que não podem ser apoiados. Não se pode apoiar tudo e não se pode apoiar de acordo com os gostos de quem decide. Tem de ser um gosto abrangente e tem que tocar a todos.

Por último. Deixo um comentário/sugestão à Câmara relativamente rua de Viseu. No viaduto sentido Aveiro/Esgueira, com a obra que já foi feita na rotunda ao chegar à rotunda há um desalinhamento à esquerda que está na minha opinião mal sinalizada. Inclusivamente há umas placas que estão colocadas na faixa, passeio de berma, sem qualquer proteção e que penso que deveria haver ali um bocadinho de cuidado a proteger melhor aquela zona.

Também reparei outro dia, por coincidência, na Avenida D. António Francisco dos Santos, colocaram aqueles pilaretes para tentar evitar que haja inversão de marcha para o bairro do Vouga, virar à esquerda de quem vem do lado de Avenida Vasco Branco, mas enganaram-se nas medidas e os carros passam entre os pilaretes! Eu vi um carro a sair do bairro Vouga e a virar à esquerda pelo meio dos pilaretes. Portanto pela falta de civismo a Câmara não pode fazer nada, que é o que aqui está em causa, mas provavelmente, se um dia houver por aí uns pilaretes a mais, naquela zona é de ajustar a medida, de maneira a que não passem os carros. Disse.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[054](#)

“Boa noite a todos. Bem antes de mais sobre a comunicação queria também associar-me ao que disse o Senhor Presidente no início, nomeadamente àqueles 3 primeiros pontos.

Não necessariamente ao destaque que lhes deu. O número um e o número três sim, acho que têm destaque. De facto, não me recordo desde há alguns anos que sou autarca, um Plano de Pormenor que tenha sido cumprido até ao fim. Por esse sentido percebo o destaque. E por esse sentido, percebo o estar a destacar, se calhar, o Senhor Presidente também, se calhar foi a primeira vez. Não sei se cumpriu algum noutras vidas autarcas que tenha tido.

E, portanto, subscrevo isso. Depois uma palavra de apreço para a questão do arquivo municipal que acho que é de louvar. E até deixava aqui uma nota em relação à indicação do que disse o nosso presidente da Assembleia Municipal. Eu penso que há um livro que não sei se lá está, dum senhor que foi tesoureiro da Câmara durante muitos anos, chamado

Rui Barros, que fez um levantamento de toda a Assembleia Municipal até 93. Esse livro é edição da Câmara Municipal, portanto propriedade do município. E, portanto, tem lá muita informação histórica. Enfim, quem compôs a Assembleia etc. É uma edição da Câmara Municipal de Aveiro, da altura Doutor Girão Pereira, penso que o trabalho foi feito até 93. Depois, em relação ao ponto 2, do projeto eco-escolas, associar-me também ao que o Senhor Presidente disse. Quem está de parabéns, de facto, são os professores, os alunos, quem dirige os agrupamentos.

Eventualmente até quem coordena os agrupamentos. Agora a questão do ambiente não é propriamente uma bandeira sobre a qual esta Câmara, politicamente, tenha sido fortemente apreciado, pelo contrário. Até se há setor onde o Senhor Presidente tem tido mais críticas desde que é presidente da Câmara de Aveiro é exatamente aí.

Ou seja, os alunos recebem a bandeira verde ou a escola, contactam, são ensinados, trazem para casa, porque de facto assim acontece. Eu tenho 2 filhos pequenos nas escolas de Aveiro e assim acontece. A atribuição é mais do que justa, mas depois não é essa a realidade em relação à coordenação do espaço público com o ambiente e as políticas ambientais e sustentáveis, que depois se vai vendo pela autarquia. Portanto é uma coisa que é uma iniciativa da autarquia, deve ter destaque, é positiva, associo-me às palavras do Senhor Presidente, não ao destaque inicial porque não acho que seja propriamente uma coisa resultante de uma grande atividade, ou uma grande aposta desta Câmara, pelo menos não é reconhecida como tal, pelo que se vê por esse município fora. É a minha opinião evidente, Senhor Presidente.

Depois uma nota sobre a Comunicação extensa. Eu queria falar do ponto 38! Não sei se tiverem oportunidade pesquisar o ponto 38 da atividade municipal. Que é uma coisa que eu acho que não é atividade municipal. Percebo que o Senhor Presidente faça, é o estilo, disse-o desde o início. E sou solidário com isso, o Senhor Presidente tem o direito de fazer comunicação que entender, era o que faltava.

Mas eu também tenho direito de apontar que há coisas aqui que parece são só para fazer número este ponto 38 é um bom exemplo disso. Que é uma situação de um evento ocorrido em que houve uma sentença de alguém que deu um tiro no poste de iluminação pública e teve de pagar uma indemnização à câmara de 295 euros e 20 cêntimos. Enfim, isto é, pronto, ficámos com esta informação.

Depois em relação ao ponto 66 da atualização das rendas. Este ponto não joga muito bem com a narrativa que é sustentada nos números da situação financeira da autarquia. E, portanto, não há-de ser por falta de receita. Havemos de ir lá depois à questão da venda dos lotes, porque, como é que o Senhor Presidente conjuga as suas declarações financeiras sobre a questão solúvel da autarquia depois com a necessidade de alienar praticamente todo o património que eventualmente tenha. Na sua posse, na posse de todos evidente.

Mas fico sem saber qual é a justificação. Presumo que seja uma questão de princípio. Porque o resultado da atualização ou valor que a câmara prevê encaixar na sequência da atualização do aumento das rendas sociais, eu perguntava, já agora, se o Senhor Presidente tem esse número, se calhar tem, não sei. Se isso tem algum impacto ou que impacto é que isso tem, porque estou convencido não ter um impacto assim tão significativo para a autarquia, porque para quem tem que pagar renda sociais seguramente que terá impacto. E não queria gastar o tempo até para guardar para uma eventual segunda intervenção, mas queria ainda dizer-lhe em relação à Comunicação.

A outra Comunicação falava sobre a intervenção, o concurso nomeadamente das piscinas, que é uma necessidade que a cidade tem tido. E eu até diria que, se calhar, há mais municípios aqui à volta nessa situação, com grande pressão da necessidade do ensino das piscinas e isso resulta até porque o primeiro ensino da natação foi suspenso na altura de covid e há muita gente, nomeadamente eu tenho um filho até nessa idade, que quando iria

começar a aprender a nadar viu ser suspenso, enfim, naturalmente, por situação que o Senhor Presidente não tem culpa.

Portanto, sabe, há uma pressão extra que resulta da necessidade de aprendizagem, mais numa cidade como Aveiro, e seguramente o Senhor Presidente nos acompanha, todos nos acompanharão nessa preocupação.

Nós temos a piscina do Galitos em obra. A obra está lançada, bem, certo, mas aquilo está um bocadinho demorado!? Já fiz na altura ao Senhor Presidente a mesma pergunta, o Senhor Presidente depois disse-me que de facto tinha tido atrasos com os empreiteiros, etc, etc. Já nem sei se a obra já tinha sido adjudicada na altura, não tenho essa percepção, mas queria que o Senhor Presidente me desse, se puder, penso que terá essa ideia, de quando é que estarão concluídas essas obras ou qual é o prazo exatável, não tem o dom da adivinhação, mas quando é que se espera que a obra factualmente seja concluída para termos as piscinas operacionais e ao dispor da população? E se esta Câmara sente ou não, a necessidade de criar uma terceira opção dentro da cidade de ter uma que substitua a que desbandalhou. Aveiro tem mais a piscina do Sporting, não é. É preciso, não sei se todos os municípios têm essa noção, mas nós temos mais piscinas no município. Só que em termos de piscinas fechadas, para ensino no Inverno, de facto, neste momento, só temos aquela infraestrutura. Já tivemos outra que teve esse fim muito triste para o qual o Senhor Presidente não contribui em nada, em nada mesmo, já o mesmo não poderei dizer do seu Partido que está aqui sentado, alguns deles aqui sentados e aprovaram, mas há uma necessidade clara para esta infraestrutura que é um equipamento evidentemente que qualquer Cidade tem que ter, de dimensão e com a categoria que Aveiro tem, terá que ter. E, portanto, eram estas notas para já, gostaria de deixar. Muito obrigado.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[055](#)

“Cumprimento a Mesa e ao cumprimentar a Mesa, cumprimento todos os presentes e todos aqueles que, pelos vistos, nos estão a ver. Pelos vistos o Senhor Presidente não consegue passar sem o Partido Socialista, porque até estava preocupado de nós não falarmos nos pontos anteriores. Agora já há pessoas a falar, propositadamente, só para lhe agradecer.

É uma picardia, como costuma dizer, portanto aproveitando a ocasião. Ora bem, fiquei muito contente com o entusiasmo e a positividade com que se apresentou hoje aqui e cheio de força. Eu dizia, vamos iniciar agora um novo período, com outra maneira de estar, com outra maneira de ser, outra colaboração. Espero que assim seja! Pelo menos eu assim o desejo.

Em relação à atividade municipal. Eu começo por aquilo que é habitual, que são os processos jurídicos. Verifico com alguma perplexidade que, durante todo este tempo, não houve nenhum processo que tivesse terminado!? Bem, sabemos que a justiça demora, mas há realmente aqui processos de 2017. Estão aqui, já se vê mais alguma coisa, agora, como é que eles terminam, que é aquilo que eu ando a batalhar durante meses, o tempo aqui não diz que nenhum terminou, falam das tramitações.

Mas quando terminarem eu gostaria de saber como é que terminaram? Porque isso também será importante.

Relativamente à atividade municipal em si. Também achei curioso, tal como disse o meu camarada Pires da Rosa, ver no ponto 38 um acidente que deu origem a um processo de indemnização, que se calhar foi o único que terminou neste período de tempo, uma vez que já tem pena e tudo.

Também o cumprimento pelo arquivo municipal, era uma obra desejava e que terá de realmente muito valor a todos os títulos, não só pela sua história, mas também para consulta de vários outros momentos mais atuais.

Gostaria de falar relativamente ao ponto 61, que diz respeito às atividades do Atlas. Além das atividades das várias atividades que lá se desenvolvem. Eu gostaria de saber se por acaso a Câmara tem noção de quantas pessoas é que utilizam a biblioteca em si. Achava que era interessante nós sabermos se há muita afluência ou pouca afluência.

Depois dizer-lhe que, no ponto 5, diz que aumentaram o número de Leds, mas a iluminação continua a não existir em muitas ruas de Aveiro. Muitas ruas ou não estão iluminadas ou estão muito mal iluminadas. Por exemplo, ali assim, no bairro da Beira-Mar há várias ruas que estão às escuras e, portanto, se calhar era altura também de lá começar a pôr mais uma Leds para aquilo ficar mais iluminado e ficar mais bonito. É um bairro simpático e, portanto, aqui fica o meu apelo.

Depois dizer-lhe que, tal como qualquer aveirense, lamento, que realmente não se tenha conseguido chegar a ser Capital Europeia da Cultura. No entanto o trabalho foi feito e deve ser aproveitado e continuar esse trabalho.

E depois fazer aqui uma pequena observação sobre inauguração da Avenida 25 de Novembro, depois de um colóquio que eu achei um pouco estranho, por nos convidados não estar, não ter sido convidado nenhum militar do 25 de Abril!?

Não sei se é por escolha, se não é por escolha sua, se foi por gosto, se não foi por gosto, alguns dos convidados sei quem são, mas nenhuma que tenha tido uma intervenção direta, que eu conheça. Posso estar enganada e se estiver enganada, com certeza que me dirá da razão.

Outra pergunta que eu lhe queria fazer, que dentro da minha pouca sabedoria, confesso, aquelas geminações que fazem com as várias Cidades no que é que resulta? Eu vejo aqui, por exemplo com Príncipe, eu sei que é uma zona muito pobre, Aveiro ajuda muito, mas a contrapartida. Mas de quem diz do Príncipe diz de Oita, por exemplo. Eu gostava de saber, no fundo, estas geminações são só a nível Cultural ou a que outros níveis é que se desenvolvem?”

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[056](#)

“Muito obrigada Senhor Presidente. Esta atividade municipal, como o Senhor Presidente disse é bastante intensa, e diria eu diversificada. Porque revela bem aquilo que foi a atividade do município e do executivo, nomeadamente das suas intervenções que estão a ocorrer em todos os recantos e repito-me um bocadinho com a intervenção que fiz há pouco, mas também a própria atividade Cultural, a própria vivência da época de Natal. Acho que foi uma altura em que todos podemos vivenciar o município com muita gente, com luz e perceber que, de facto, estamos num período como Senhor Presidente dizia de transição. Estamos a entrar num período novo e talvez tenha sido isso que também a entidade elegeu Aveiro, como marca cidade 2023, pode ter visto neste município. Que é hoje muito diferente do que era há 9 anos atrás.

Dar também aqui esta nota de ser uma atividade intensa e que toca todos os pontos que a Câmara, que o executivo camarário tem feito de intervenção e eu acho que isso é muito importante.

E, nomeadamente, gostaria de saber e questionar o Senhor Presidente sobre a questão da descentralização da área social? Porque sabemos, que se está a aprender muito nesta descentralização e quando já ouvi aqui falar de que as famílias têm que recorrer à Câmara, portanto há aqui alguma desinformação, porque há entidades a trabalhar em equipa, que é como esta câmara trabalha e, por isso, deixar aqui esta questão em relação à área social da descentralização. Sei que foi feita uma avaliação, pronto saber se podia partilhar connosco essa avaliação. Muito obrigada Senhor Presidente.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁷

“Muito obrigado Senhor Presidente. Da vastíssima matéria que foi o período em análise, queria realçar algumas iniciativas da Câmara. A nova Agrovouga que está a melhorar Senhor Presidente e que eu no início, não este ano, pus algumas reticências pessoais, de que se calhar não seria tão transcendente, e está a sê-lo. E a melhoria deste ano relativamente ao ano passado é visível. E, portanto, está no bom caminho e é para continuar com uma nova filosofia, como já se viu, mas foi importante e eu fiquei satisfeitíssimo de ver que muitas famílias levam os seus filhos, vivenciar a Agrovouga. Portanto os meus parabéns por isso.

Relativamente também, queria mais uma vez, salientar a continuidade no apoio às Associações, que é uma forma, não só de as ajudar, mas também de as dignificar. E agradecer na prática, o contributo que elas dão para a sociedade aveirense.

Gostava também que, esta questão do parque de campismo São Jacinto, com a sua requalificação para aumentar a qualidade, seja feito com a brevidade possível, para que volte a ser uma zona ótima, com mais qualidade, naturalmente, mas para que Aveiro tenham um parque de campismo de qualidade e fazer esquecer um pouco as agruras que o anterior passou.

Sobre o arquivo municipal, acho muito bem, espero que também seja enquadrado aqui o trabalho do dr. Alberto Souto (avô), porque por algum motivo ele disse que Cacia era a avozinha de Aveiro. E, portanto, há aqui algumas atas que temos, digo eu, que equacionar também.

Relativamente à descentralização de competências na área social, posso dizer que está a funcionar bem, na ultima reunião que tivemos foi feita uma avaliação positiva, quer pelos técnicos da câmara quer pelos técnicos que estão na IPSS/Cacia. E, portanto, acho que é um bom caminho de proximidade. As pessoas conhecem melhor os problemas e também os técnicos estão mais juntos das pessoas que têm necessidade e conhecemos melhor as situações e as pessoas estão mais apoiadas nesta relação de proximidade. Portanto, está no bom caminho. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁸

“Estamos com um período de atividade intensa, diversificada e forte em todo o concelho. Muito investimento. Diminuição da dívida. E mais investimento com contas correntes controladas.

Neste ponto vou referir-me a três setores: Habitação. Senhor Presidente a Câmara Municipal de Aveiro tem investido milhões na habitação. Sobre este ponto, gostava que nos dissesse se nos últimos 7 anos, porque aqui fala-se muito de habitação, nos últimos 7 anos quanto é que o IHRU com o Governo Socialista investiu em Aveiro?

Senhor Presidente, já agora, nos 5 anos de Governo PS mais com apoio de PCP e do Bloco de Esquerda, esse Governo com os orçamentos aprovados pelo Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, quantos cêntimos esse Governo investiu em Aveiro em matéria de habitação?

Senhor Presidente, o PSD Aveiro, gostava de saber ou que nos esclarecesse, como estão os projetos de habitação a custos controlados em Aveiro, sejam eles privados ou públicos?

Sobre A Capital Europeia da Cultura. No concurso infelizmente Aveiro foi preterido. Este teve muito trabalho, mas concursos são concursos e Aveiro não foi a escolha. Parabéns a Évora.

Senhor Presidente, da parte do PSD tem todo o apoio no caminho feito e agora no caminho a percorrer, que é o mais importante. O trabalho a fazer na Cultura e muito. Está próximo

de Aveiro ser a Capital Nacional da Cultura. Gostava que nos informasse dissesse alguma coisa sobre isto.

Sobre Saúde. Descentralização de competências na Saúde. Em Aveiro é um bocadinho complicado. Temos o edifício central do Centro de Saúde de Aveiro, que não tem condições físicas, repito, não tem condições físicas e de salubridade para a função a que está definido. É um edifício que mal orvalhe, não precisa de chover, proliferam os baldes pelo chão nos corredores, nas salas de atendimento dos doentes. É um edifício onde as janelas no geral ou não fecham ou não abrem! Um edifício que tem sistema de aquecimento, mas onde a máquina de aquecimento não funciona há 4 anos, tendo os funcionários, médicos, enfermeiros e administrativos, que levar de casa aquecedores próprios. Falei dum recente edifício, mas que não está apto para a função a que está adstrito.

O Governo do Partido Socialista, por incapacidade de as manter em funcionamento, fechou as Unidades de Saúde de Requeixo e de Nariz.

O PSD gostava de saber como está a evoluir a nova Unidade de Saúde na União Freguesias Requeixo/Nariz/Nossa Senhora de Fátima?”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[059](#)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[061](#)

“Embora os deputados municipais não estejam aqui para se fiscalizar uns aos outros, estão aqui para fiscalizar a ação da Câmara Municipal, tenho sentido aqui uma tendência de atitude (cada um é que sabe aquilo que faz) de quase de venerar a figura do Senhor Presidente da Câmara. Fica à responsabilidade de cada um, mas, entretanto, nessa veneração vão-se fazendo afirmações que nos dão a entender que a vida de Aveiro começou há 9 anos!?”

E é isso que eu quero deixar muito claro. A vida de Aveiro não começou há 9 anos. Aliás, quando se comemora o aniversário da transcrição, penso que pergaminho da primeira vez da referência a Aveiro, com mil e tal anos, da doação da Condessa Mumadona Dias, das suas salinas em alavário ao Convento de Guimarães é aí que começa Aveiro. Portanto isto não começou há nove anos.

Posso dizer até que há 30 anos já se tinha vencido o espatilho que a cidade tinha pela linha de caminho de ferro. E passo a passo, muita coisa tem sido feita, por muitos outros autarcas, de muita gente que deixaram as suas marcas, goste-se ou não se goste.

Mas dizer que há 9 anos não havia túnel debaixo da estação, que há 9 anos não havia o arranjo dos canais, que há 9 anos não havia a intervenção no Côjo, que há 9 anos não estava a intervenção na Fábrica Campos, e podia continuar por aí.

Portanto, esta veneração, não me estou a referir ao Presidente. Eu estou-me a referir intervenções da Assembleia, intervenções da Assembleia.

Portanto o mérito a quem o tem. O mérito devido a quem o tem. Mas que não se pense aqui que a história de Aveiro começou há 9 anos! Não começou, posso garantir.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[062](#)

“Senhor Presidente, o que consideram falta de seriedade, eu considero uma visão diferente do que deve ser a Cultura de um município e o papel que a Câmara Municipal deve ter nessa definição e explicitiei-a. Sobre mandar-me viver a Cultura, quando não tem dela conhecimento não me parece adequado. Não creio que estejamos aqui para dar respostas

particulares. Talvez não nos encontremos habitualmente em eventos culturais, mas tenho-me cruzado com alguns dos seus vereadores, ainda há poucos dias no júri do concurso Aveiro Jovem Criador. Obrigado.”

Vogal Pires da Rosa (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁶³

“Muito breve. Só para lembrar o Senhor Presidente que não respondeu à questão das piscinas! Penso que não terá sido uma questão política, deve-se ter esquecido.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁴

“Senhor Presidente tenho aqui ainda algumas coisas para responder. Enfim, está claro para nós que o município tem muito mais que 9 anos! Agora, que há 9 anos se dá um ressurgimento da Câmara Municipal e se avança para uma etapa nova, depois de 2 etapas grande complexidade e de balanço negativo, é um facto.

Mas atenção, eu sou o primeiro Presidente da Câmara de Aveiro que trata os meus antecessores que estão à minha frente numa cerimónia como “meu estimado antecessor”.

E faço isso em honra à história e o trabalho deles. Independentemente de fazer parcialmente um balanço ou uma análise negativa. Mas são pessoas que estimo e considero ao mais elevado. Sou o primeiro Presidente da Câmara que trata os seus antecessores presentes em sessões como “meu estimado antecessor”. E faço em honra ao seu trabalho e aquilo que dedicaram, independentemente de uma parte desse trabalho, eu avaliá-lo com nota negativa.

Quanto à piscina. A obra está neste momento com um prazo formal de Agosto deste ano. Nós não damos este prazo como um prazo sólido, com o ritmo a que a obra vai.

Estamos com uma empresa que, está com objetivamente está com dificuldades. Temos tido várias reuniões, vamos ter mais, lembrando que esta empresa está a acabar também a Escola do Paço e está a trabalhar na Escola de Azurva e tem mais estas 2 obras. E, portanto, é uma operação que não está sólida. Está a andar finalmente. É só passar lá e ver, vai-se vendo, mas não está sólida. Mas esta é a data neste momento que temos, mas não a damos de forma nenhuma como uma data muito, muito sólida. Uso essa palavra.

Quanto à terceira opção a nossa opção está tomada. Está verba orçamentada para projeto. Vamos lançar concurso, vamos adjudicar projeto da nova piscina, junto ao novo Pavilhão Desportivo que vamos construir na zona do Estádio Municipal de Aveiro.

É essa operação que nós vamos desenvolver.

Uma nota que acho que é importante para a questão do Pedro Rodrigues no PAOD. O trabalho d professor Carmona Rodrigues, que é o gestor da empresa que está a liderar o trabalho, entregou já um primeiro estudo prévio e temos o compromisso dele de até ao final da próxima semana estar a entregar a primeira versão do relatório final.

Portanto é para nós algo de muito importante, ele apenas não conseguiu cumprir o primeiro prazo, pediu mais tempo para acabar o seu trabalho, mas isso, enfim, são as condicionantes desta vida.

Estamos a trabalhar também com a Navigator, com a Agência Portuguesa do Ambiente, a Navigator vai reparar todos os muitos danos que a não retirada em tempo do seu dique, que eu chamo de muro no rio Vouga, provocou nas suas margens. E seguramente, teremos outras oportunidades para vir a falar de outras matérias que vocês partilharam no PAOD e eventualmente uma ou outra pergunta que eu não pude responder. Senhor Presidente, obrigado pela tolerância.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação da Informação Escrita

Continuando, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁶⁵ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião da sessão, informando que a Sessão continuará no dia 10 de Fevereiro de 2023.

Eram 23:45 horas do dia 03 de Fevereiro de 2023.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:15)